



GCM-MANAUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS - AMAZONAS

Guarda Municipal

Questões gabaritadas
do Instituto Consulplan
Legislação comentada
Conteúdo de acordo
com o Edital nº 01, de 23
de março de 2026



- Língua Portuguesa
- Redação Discursiva
- Informática
- Geografia e História de Manaus
- Direito Penal
- Direito Processual Penal
- Legislação de Trânsito
- Legislação Específica (On-line)
- Ética e Direitos Humanos (On-line)
- Direito Constitucional (On-line)

Prefeitura Municipal de Manaus - Amazonas

GCM - MANAUS

Guarda Municipal

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de *Guarda Municipal* de acordo com o Edital nº 01/2026, da Prefeitura Municipal de Manaus - Amazonas.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *Instituto Consulplan*, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: *Conteúdo Ético e Direitos Humanos, Direito Constitucional e Legislação Específica disponíveis em PDF para download*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	11
■ TIPOLOGIA TEXTUAL	14
■ ORTOGRAFIA OFICIAL	19
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	20
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	21
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE	37
■ SINTAXE DA ORAÇÃO, DO PERÍODO E DA COLOCAÇÃO	40
REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL.....	50
CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL.....	52
■ PONTUAÇÃO	58
■ SEMÂNTICA	62
■ REDAÇÃO OFICIAL: ASPECTOS GERAIS, CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS E PADRÕES	64
Emprego e Concordância dos Pronomes de Tratamento	69
REDAÇÃO DISCURSIVA.....	115
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA	115
INFORMÁTICA	143
■ NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTE WINDOWS)	143
NOÇÕES DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS	143
■ EDIÇÃO DE TEXTOS, PLANILHAS E APRESENTAÇÕES (AMBIENTE MICROSOFT OFFICE)	162
■ REDES DE COMPUTADORES	192
CONCEITOS BÁSICOS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS DE INTERNET E INTRANET	192
PROGRAMAS DE CORREIO ELETRÔNICO (MICROSOFT OUTLOOK)	193

PROGRAMAS DE NAVEGAÇÃO (MICROSOFT EDGE, MOZILLA FIREFOX E GOOGLE CHROME E SIMILARES).....	197
SÍTIOS DE BUSCA E PESQUISA NA INTERNET.....	198
GRUPOS DE DISCUSSÃO.....	200
REDES SOCIAIS.....	200
■ SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA.....	201
COMPUTAÇÃO NA NUVEM (CLOUD COMPUTING).....	205
NOÇÕES DE MALWARE, VÍRUS, WORMS E PRAGAS VIRTUAIS.....	209
APLICATIVOS PARA SEGURANÇA (ANTIVÍRUS, FIREWALL, ANTI-SPYWARE ETC.).....	217
■ PROCEDIMENTOS DE BACKUP E ARMAZENAMENTO DE DADOS NA NUVEM (CLOUD STORAGE).....	220
GEOGRAFIA E HISTÓRIA DE MANAUS.....	229
■ HISTÓRIA DA CIDADE.....	229
■ HIDROGRAFIA.....	229
■ ASPECTOS ECONÔMICOS E PONTOS TURÍSTICOS.....	230
■ CLIMA, VEGETAÇÃO E OCUPAÇÃO GEOGRÁFICA.....	231
■ POPULAÇÃO E ASPECTOS CULTURAIS.....	232
■ LOCALIZAÇÃO E LIMITES.....	232
■ ASPECTOS POLÍTICOS E ADMINISTRATIVOS.....	234
■ PATRIMÔNIO CULTURAL.....	235
DIREITO PENAL.....	241
■ BEM JURÍDICO E PRINCÍPIOS BÁSICOS DO DIREITO PENAL.....	241
APLICAÇÃO DA LEI PENAL.....	246
LEI PENAL NO TEMPO.....	246
Tempo do Crime.....	250
LEI PENAL NO ESPAÇO.....	254
Lugar do Crime.....	256
■ TEORIA GERAL DO CRIME E CONDUTA DELITUOSA.....	257
CONCEITO.....	257

SUJEITOS, IMPUTAÇÃO E OBJETO	258
CONDUTA	258
TIPICIDADE	259
CONCURSO DE CRIMES	259
Crime Continuado	262
TEORIA DO TIPO	264
CRIME DOLOSO E CRIME CULPOSO.....	264
CRIME QUALIFICADO PELO RESULTADO E CRIME PRETERDOLOSO	265
RESULTADO.....	265
RELAÇÃO DE CAUSALIDADE	265
■ ERRO DE TIPO.....	266
■ CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA DOS CRIMES	268
CRIMES DE DANO E DE PERIGO.....	269
CRIMES COMISSIVOS E OMISSIVOS	269
■ ITER CRIMINIS: CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	269
■ DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA, ARREPENDIMENTO EFICAZ E ARREPENDIMENTO POSTERIOR.....	272
■ CRIME IMPOSSÍVEL.....	272
■ ILICITUDE E CAUSAS DE EXCLUSÃO	273
EXCLUSÃO DE ILICITUDE	273
ESTADO DE NECESSIDADE	273
LEGÍTIMA DEFESA.....	273
ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL	273
EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO.....	273
CAUSAS SUPRALEGAIS DE EXCLUSÃO DA ANTIJURIDICIDADE.....	274
EXCESSO PUNÍVEL	274
■ TEORIA GERAL DA CULPABILIDADE: FUNDAMENTOS, CONCEITO, ELEMENTOS, CONTEÚDO E CAUSAS DE EXCLUSÃO.....	274
PRINCÍPIO DE CULPABILIDADE.....	274
CULPABILIDADE E PENA.....	275
■ IMPUTABILIDADE.....	277

■ ERRO DE PROIBIÇÃO	278
■ CONCURSO DE AGENTES.....	278
AUTORIA E PARTICIPAÇÃO	278
DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	287
■ PRISÃO.....	287
CONCEITO	287
MANDADO DE PRISÃO E CUMPRIMENTO	287
FORMALIDADES	288
ESPÉCIES	288
Prisão em Flagrante.....	288
■ PROVA.....	296
OBJETO	296
CONCEITO, REQUISITOS E CLASSIFICAÇÃO.....	297
Ônus da Prova	298
Provas Ilícitas.....	299
PRESERVAÇÃO DE LOCAL DE CRIME.....	300
MEIOS DE PROVA	300
Pericial	300
Interrogatório.....	311
Confissão.....	313
Perguntas ao Ofendido.....	313
Testemunhas.....	313
Reconhecimento de Pessoas e Coisas	315
Acareação.....	316
Documentos	317
Indícios	317
■ INQUÉRITO.....	318
■ TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA (TCO).....	331
LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	339
■ LEI Nº 9.503/1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO).....	339

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 985, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022, INCLUÍDO SEU ANEXO (MANUAL BRASILEIRO DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO).....	403
---	------------



LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

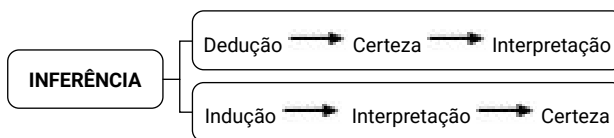
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto, que variam conforme o tipo textual.

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, vamos trabalhar a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem se sentirem tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

Tem de se reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails. Nesses expedientes, ocorre o que chamam de “pacto da mediocridade” (sem intenção ofensiva), que caracteriza a postura displicente de como se escreve e a aceitação mútua de erros e desvios da norma culta escrita: “ele escreve errado, mas eu aceito para não ser cobrado por ele da mesma forma quando errar”. Usam-se imagens, símbolos gráficos, abreviações que mais se assemelham a códigos criptografados do que à própria língua portuguesa.

O maior problema é que isso gera um reforço negativo: treina-se uma escrita que não promove a prática ideal da comunicação verbal normatizada. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, mostra-se sua estrutura, apresentam-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. E só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois muitas vezes só vão tentar praticar a escritura da sua redação após terem terminado o estudo do livro didático e sentem muita dificuldade no momento do agrupamento, isto é, de fazer virar o todo aquilo que aprendeu a fazer por partes. Se o resultado não for satisfatório, eles simplesmente assumirão a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que poderão ser reproduzidos e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando ainda o caráter da originalidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, conseqüentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não obtiver sucesso em sua redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Não dá para subestimar a redação, é preciso exercitar sempre.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos referindo-nos à estrutura e

INFORMÁTICA

NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTE WINDOWS)

O sistema operacional Windows 11 foi desenvolvido pela Microsoft para computadores pessoais (PC) e lançado oficialmente em 2021.

A maioria das características foi mantida por questões de compatibilidade com as versões anteriores, como os caracteres não permitidos nos nomes de arquivos e pastas. Os atalhos de teclado também foram mantidos, com a adição de novos recursos e alterações pontuais.

Algumas das principais novidades incluem:

- **Design renovado:** o Windows 11 apresenta um design mais moderno e elegante, com cantos arredondados e transparências. O menu **Iniciar** foi reposicionado ao centro da barra de tarefas e, agora, inclui ícones de aplicativos recomendados;
- **Novo recurso Snap Layouts:** o *Snap Layouts* permite que as várias janelas abertas sejam organizadas em leiautes predefinidos, facilitando a multitarefa. Esta funcionalidade é válida para múltiplos monitores, permitindo “memorizar” o posicionamento das janelas ao desconectar e conectar novamente a segunda tela. É possível escolher entre vários leiautes diferentes, como lado a lado, quadrado ou vertical, para organizar as janelas abertas. Além disso, o Windows 11 apresenta um novo recurso chamado *Snap Groups*, que permite que se salve e restaure grupos de aplicativos abertos em um determinado momento;
- **Microsoft Teams integrado:** o Windows 11 inclui o Microsoft Teams, permitindo que se faça chamadas de vídeo e áudio diretamente no sistema operacional. Esta integração possibilita acesso rápido aos recursos de videochamadas e videoconferência do Microsoft Teams;
- **Widgets:** o Windows apresenta uma nova área de *widgets* (bugigangas ou ferramentas) que pode ser personalizada para exibir informações relevantes, como notícias, clima e calendário. Os *widgets* são personalizáveis e podem ser redimensionados ou movidos. Atalho de teclado: Windows + W;
- **Desempenho aprimorado:** o Windows 11 foi projetado para ser mais rápido e eficiente do que o Windows 10, com melhorias no desempenho da CPU (processador), GPU (processador gráfico) e memória;
- **Controle de aplicativo inteligente:** é um recurso que

[...] adiciona proteção significativa contra ameaças novas e emergentes bloqueando aplicativos mal-intencionados ou não confiáveis. O Controle de Aplicativo Inteligente também ajuda a bloquear aplicativos potencialmente indesejados, que são aplicativos que podem fazer com que seu dispositivo seja executado lentamente, exibir anúncios inesperados, oferecer software extra que você não queria ou fazer outras coisas que você não espera. (Microsoft)

O Controle de Aplicativo Inteligente opera junto ao software de segurança Microsoft Defender. Para acessar as configurações do Controle de Aplicativo Inteligente, você pode acessar Configurações e, em seguida, Segurança do Windows;

- **PDE (Personal Data Encryption):** um recurso que permite criptografar arquivos e pastas no Windows 11. Ele protege os dados pessoais contra acesso não autorizado, garantindo que apenas o dono ou proprietário possa acessá-los;
- **Segurança aprimorada:** recursos como o TPM 2.0 e o Secure Boot protegem contra ameaças e invasões.

Em concursos públicos, as novas tecnologias e suportes avançados são raramente questionados. As questões aplicadas nas provas envolvem os conceitos básicos e o modo de operação do sistema operacional em um dispositivo computacional padrão (ou tradicional).

O sistema operacional Windows é um software proprietário, ou seja, não tem o núcleo (*kernel*) disponível e o usuário precisa adquirir uma licença de uso da Microsoft.

NOÇÕES DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS

No Windows 11, os diretórios são chamados de pastas, e algumas delas são consideradas especiais, pois contêm coleções de arquivos denominadas Bibliotecas.

Ao todo, são **quatro** Bibliotecas: Documentos, Imagens, Músicas e Vídeos. O usuário poderá criar Bibliotecas para sua organização pessoal, uma vez que elas otimizam a organização dos arquivos e pastas, inserindo apenas ligações para os itens em seus locais originais.

GEOGRAFIA E HISTÓRIA DE MANAUS

A capital do estado do Amazonas, Manaus, constitui-se como o principal núcleo urbano e econômico situado no coração da Amazônia. Erguida às margens do Rio Negro, na confluência com o Solimões, a cidade consolidou-se como um importante elo entre a floresta, o rio e a modernidade, articulando processos de urbanização e conservação ambiental que moldaram sua identidade histórica e territorial.

A singularidade de Manaus não reside apenas em seu valor geopolítico, mas também na sua capacidade de adaptação a diferentes contextos históricos, que moldaram suas paisagens, suas atividades econômicas e suas estruturas sociais ao longo do tempo.

A trajetória de Manaus é marcada por um processo de transição entre o tradicional e o moderno. A cidade originou-se do contato entre culturas indígenas e colonizadores europeus, evoluindo de um pequeno núcleo fortificado para um centro urbano complexo e multifacetado.

Desde o século XIX, Manaus experimentou momentos de expansão e retração econômica, influenciados por ciclos produtivos que deixaram marcas profundas na configuração do território. Sua história reflete os desafios típicos de uma capital regional em meio à Floresta Amazônica: a necessidade de se integrar ao restante do país sem perder o vínculo com o ecossistema que a sustenta. Essa relação entre natureza e urbanização define não apenas o ritmo de seu crescimento, mas também o modo como a cidade se organiza e se representa no espaço amazônico.

Atualmente, Manaus desempenha um papel fundamental na economia nacional, sendo um polo de industrialização e tecnologia, além de concentrar importantes instituições administrativas, culturais e científicas. A cidade tornou-se símbolo da coexistência entre a modernidade industrial e a exuberância natural. Entretanto, essa combinação impõe dilemas constantes: equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, assegurar infraestrutura adequada em meio a um território de difícil acesso e promover justiça social em um espaço onde as desigualdades se expressam tanto nas margens dos rios quanto nos bairros periféricos.

Assim, compreender Manaus em seus aspectos históricos, geográficos e econômicos é compreender uma síntese das contradições e potencialidades da Amazônia contemporânea.

HISTÓRIA DA CIDADE

A história de Manaus está profundamente entrelaçada ao processo de colonização portuguesa na Amazônia. A cidade teve origem no século XVII, quando os portugueses ergueram o Forte de São José da Barra do Rio Negro, em 1669, com o objetivo de assegurar o domínio territorial e controlar as rotas comerciais fluviais da região. Ao redor do forte, surgiu um pequeno

núcleo populacional que, com o passar do tempo, evoluiu para uma vila e, mais tarde, para uma cidade.

No decorrer do século XIX, Manaus passou por um período de grande prosperidade econômica e cultural durante o Ciclo da Borracha, quando a exploração do látex natural impulsionou sua urbanização e modernização. Nesse contexto, surgiram construções icônicas como o Teatro Amazonas, os casarões em estilo europeu e as praças arborizadas, símbolos de um tempo de riqueza e influência internacional.

Contudo, a decadência do Ciclo da Borracha, no início do século XX, trouxe um período de retração econômica, marcado pela migração populacional e pela desorganização urbana. Manaus sobreviveu graças à sua posição estratégica na Bacia Amazônica e à sua relevância como entreposto fluvial.

A reestruturação econômica viria somente décadas depois, com a criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, um projeto que transformou a cidade em um polo de desenvolvimento industrial e tecnológico, sendo um marco da reindustrialização e da diversificação produtiva local. Essa iniciativa marcou o início de uma nova fase histórica, que redefiniu o perfil urbano e socioeconômico da capital amazonense, atraindo fluxos migratórios, investimentos e diversificação produtiva.



Planta da Cidade de Manaus, 1852. Fonte: IGHA-AM.

Esse mapa histórico retrata a planta da cidade de Manaus em meados do século XIX, quando o município ainda tinha um núcleo urbano reduzido e fortemente condicionado pelo curso do Rio Negro. Ele revela como os limites urbanos eram definidos, onde se localizavam as estruturas iniciais da cidade e como as áreas de ocupação se ajustavam às margens fluviais e às vias de água.

Pode-se visualizar a formação territorial inicial antes da expansão intensa provocada tanto pela borracha quanto pela implantação posterior da Zona Franca de Manaus, evidenciando o crescimento gradual e as restrições impostas pela geografia local.

As transformações históricas de Manaus também deixaram marcas em sua configuração física e territorial, que reflete a adaptação da cidade às condições naturais da região amazônica.

HIDROGRAFIA

A cidade de Manaus localiza-se na confluência dos rios Negro e Solimões, ponto em que se inicia o majestoso Rio Amazonas. Essa localização privilegiada, no

DIREITO PENAL

BEM JURÍDICO E PRINCÍPIOS BÁSICOS DO DIREITO PENAL

O direito penal é o conjunto de **regras e princípios** que disciplinam a **infração penal** (ou seja, o crime ou delito e a contravenção penal) e a **sanção penal** (isto é, a pena e a medida de segurança).

Tal conceito é de grande importância, uma vez que delimita o objeto e o alcance da matéria e auxilia no estudo e na compreensão da disciplina.

Mas para que serve esse ramo do direito? Podemos dizer que o direito penal serve para tutelar (proteger, cuidar) os principais bens jurídicos (valores materiais ou imateriais, como a vida, liberdade, patrimônio, honra, saúde, entre outros) instituindo sanções para quem infringir suas normas.

Dica

O direito penal faz parte das chamadas ciências criminais. Juntamente com o direito processual penal e a execução penal, compõe a dogmática penal (tratada por alguns autores por ciências penais). Por sua vez, a dogmática penal, a criminologia e a política criminal interagem entre si, formando o modelo tripartido das ciências criminais.

O estudo do direito penal dá-se pela análise do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) e da chamada legislação penal especial ou extravagante, que consiste nas normas penais contidas em leis fora do Código Penal (como, por exemplo, a Lei de Crimes Ambientais, o Estatuto do Desarmamento, a Lei de Drogas, entre outras).

O Código Penal (CP), que será objeto do nosso estudo, é dividido em duas partes:

- a **parte geral** (arts. 1º ao 120), em que se apresentam os critérios a partir dos quais o direito penal será aplicado, isto é, quando determinada conduta vai constituir crime e de que forma deve ser aplicada a sanção;
- a **parte especial** (art. 121 ao art. 359), em que constam os crimes em espécie e as respectivas penas.

Para facilitar o estudo, observe a seguinte divisão didática (apenas didática, uma vez que o Código não está dividido desta maneira):

● Parte Geral:

- **Arts. 1º ao 12:** Teoria da Norma — lei penal no tempo e no espaço;
- **Arts. 13 ao 31:** Teoria do Crime;
- **Arts. 32 ao 106:** Teoria da Pena;
- **Arts. 107 ao 120:** Extinção da Punibilidade.

● Parte Especial:

- **Arts. 121 ao 359:** Crimes em Espécie.

Ou seja, a parte geral do Código Penal é responsável por responder a três perguntas fundamentais:

- O que é o direito penal? Teoria da Norma Penal.
- Quais requisitos jurídicos deve ter o delito? Teoria do Crime.
- Quais devem ser as consequências penais do delito? Teoria da Pena.

Além disso, apresenta as situações que impedem a punição e promovem a extinção da punibilidade.

A parte especial, por sua vez, apresenta, em 11 títulos, a descrição dos crimes e a cominação das penas.

O estudo da teoria da norma penal inicia-se pelo exame dos **princípios penais**. O conhecimento dos princípios é essencial para se entender a lógica do funcionamento do direito penal. Ao estudá-los, é importante ter em mente sua função limitadora, ou seja, servem como garantia do cidadão perante o poder punitivo do Estado.

É por tal razão, dada a sua importância, que os princípios penais se encontram previstos na Constituição (também chamados de princípios constitucionais do direito penal) e em tratados de direitos humanos, como, por exemplo, na Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica).

Os princípios não são somente um conjunto de valores, diretrizes ou instruções de cunho ético ou programático. Os princípios são normas de aplicação prática: têm caráter imperativo (cogente). Estão em posição de superioridade às regras, orientando a interpretação destas ou impedindo a sua aplicação quando estiverem em contradição aos princípios.

Dentre os princípios aplicáveis ao direito penal, dois merecem destaque, por deles se extraírem todos os demais:

- o princípio da **dignidade** da pessoa humana;
- o princípio do **devido processo legal**.

O princípio da **dignidade da pessoa humana** é tido como um “superprincípio”, ou seja, nele se baseiam todas as escolhas políticas no direito: em outras palavras, é um valor que orienta todo o sistema jurídico e prevalece no momento da interpretação de todos os demais princípios e normas (nenhum princípio ou regra de qualquer área do direito, inclusive na esfera penal, pode ser contrário a ele).

Esse princípio maior encontra-se no inciso III, art. 1º, da CF, inserido como **fundamento** do Estado Democrático de Direito:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III - a dignidade da pessoa humana

A dignidade humana, na área penal, desdobra-se em dois aspectos:

- o respeito à dignidade da pessoa humana quando esta se torna acusada em um processo-crime;

DIREITO PROCESSUAL PENAL

PRISÃO

CONCEITO

A prisão, como privação da liberdade de locomoção, é dividida em duas espécies. A primeira espécie é a que chamamos de **prisão-pena**, aplicada como cumprimento de pena, após o trânsito em julgado da condenação. Nesse tipo de prisão, o procedimento passa a ser aplicado pelo juiz das execuções, de acordo com a Lei de Execução Penal (LEP).

A outra espécie de prisão consiste na prisão como **medida cautelar**, que visa assegurar o regular trâmite do processo para, no final, vir a ser aplicada a pena, com ela sendo cumprida.

MANDADO DE PRISÃO E CUMPRIMENTO

Art. 285 A autoridade que ordenar a prisão fará expedir o respectivo **mandado**.

Parágrafo único. O mandado de prisão:

- será **lavrado pelo escrivão e assinado pela autoridade**;
- designará a **pessoa, que tiver de ser presa, por seu nome, alcunha ou sinais característicos**;
- mencionará a **infração penal que motivar a prisão**;
- declarará o **valor da fiança arbitrada, quando afiançável a infração**;
- será **dirigido a quem tiver qualidade para dar-lhe execução**.

O mandado é a ordem exclusivamente determinada pelo juiz (e por ele assinada) e deve conter os requisitos do parágrafo único do art. 285 do CPP. A prisão sem mandado, nos casos em que sua posse é obrigatória (art. 287 do CPP), implica a prática de crime de abuso de autoridade, previsto na Lei nº 13.869, de 2019.

Duplicidade do Original do Mandado

Art. 286 O mandado será passado em **duplicata**, e o executor **entregará ao preso, logo depois da prisão, um dos exemplares com declaração do dia, hora e lugar da diligência. Da entrega deverá o preso passar recibo no outro exemplar; se recusar, não souber ou não puder escrever, o fato será mencionado em declaração, assinada por duas testemunhas.**

O mandado de prisão é expedido em duas vias originais; uma é entregue ao preso mediante recibo. Caso o preso não queira ou não possa assinar, duas testemunhas, chamadas de instrumentárias, assinam certificando o ato (podem ser chamadas em juízo, caso haja dúvida sobre a execução da ordem de prisão).

Mandado de Prisão e Infração Inafiançável

Art. 287 *Se a infração for inafiançável, a falta de exibição do mandado não obstará a prisão, e o preso, em tal caso, será imediatamente apresentado ao juiz que tiver expedido o mandado, para a realização de audiência de custódia.*

Veja que não se trata de falta de ordem de prisão (o que seria ilegal), mas, sim, da falta de sua exibição no caso de infrações mais graves (inafiançáveis).

Controle do Mandado de Prisão

Art. 289-A *O juiz competente providenciará o imediato registro do mandado de prisão em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça para essa finalidade.*

§ 1º Qualquer agente policial poderá efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça, ainda que fora da competência territorial do juiz que o expediu.

§ 2º Qualquer agente policial poderá efetuar a prisão decretada, ainda que sem registro no Conselho Nacional de Justiça, adotando as precauções necessárias para averiguar a autenticidade do mandado e comunicando ao juiz que a decretou, devendo este providenciar, em seguida, o registro do mandado na forma do caput deste artigo.

§ 3º A prisão será imediatamente comunicada ao juiz do local de cumprimento da medida o qual providenciará a certidão extraída do registro do Conselho Nacional de Justiça e informará ao juízo que a decretou.

§ 4º O preso será informado de seus direitos, nos termos do inciso LXIII do art. 5º da Constituição Federal e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, será comunicado à Defensoria Pública.

§ 5º Havendo dúvidas das autoridades locais sobre a legitimidade da pessoa do executor ou sobre a identidade do preso, aplica-se o disposto no § 2º do art. 290 deste Código.

§ 6º O Conselho Nacional de Justiça regulamentará o registro do mandado de prisão a que se refere o caput deste artigo.

O banco de dados a que se refere o art. 289-A do CPP é o atual Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0), sistema digital mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Assim, o mandado de prisão será registrado no Banco Nacional de Mandados de Prisão do Conselho Nacional de Justiça, podendo ser cumprido em qualquer local do território nacional. Após cumprimento, caso seja fora da jurisdição da autoridade que expediu o mandado, o preso será apresentado à **autoridade do local da prisão**.

Nas situações em que há conhecimento do local em que o réu se encontra, a autoridade poderá deprecar a ordem de cumprimento da prisão, devendo a autoridade deprecada adotar as cautelas necessárias para confirmar a situação, e, realizada a prisão, em 30 dias deve providenciar a remoção do preso para o local da expedição do mandado de prisão.

A autoridade policial poderá reproduzir quantos mandados de prisão forem necessários. Note que o delegado apenas irá reproduzir, e não expedir o mandado; o que o dispositivo indica é que poderão

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

LEI Nº 9.503/1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO)

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Capítulo I, do CTB, compreende os arts. 1º ao 4º e trata de disposições preliminares, trazendo algumas definições importantes para a compreensão e aplicação do CTB.

Art. 1º *O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.*

Vejam os que o CTB abrange apenas vias terrestres do Brasil, ao passo que as vias aéreas e marítimas não são regidas por ele. Quanto às vias abertas à circulação, o CTB rege também, excepcionalmente, as vias privadas.

Mais recentemente, com a publicação da Lei nº 13.146, de 2015, foram colocadas disposições aplicáveis às vias públicas nos estabelecimentos privados de uso coletivo (vias particulares), podendo ocorrer uma fiscalização de trânsito nos estacionamentos destes estabelecimentos (estacionamentos de shoppings, farmácias, hipermercados), provocando um fenômeno da publicização das vias particulares. Portanto, é possível a lavratura de auto de infração de trânsito em estacionamento de um shopping.

Mas, afinal, o que é uma via? O conceito de via está no Anexo I, do CTB:

Para efeito deste Código adotam-se as seguintes definições:

[...]

VIA - superfície por onde transitam veículos, pessoas e animais, compreendendo a pista, a calçada, o acostamento, ilha e canteiro central.

O § 1º, do art. 1º, traz a definição de trânsito:

Art. 1º [...]

§ 1º *Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.*

Convém ressaltar que os conceitos de estacionamento, parada, circulação e operação de carga e descarga estão no Anexo I, do CTB.

A principal diferença está nos conceitos de estacionamento e parada. Observe-se que a parada é um tempo restrito ao embarque e desembarque de passageiros. Se, por acaso, o condutor estiver dentro do carro, aguardando uma pessoa fazer compras em frente a um estabelecimento comercial, por exemplo,

e houver uma sinalização de proibição de estacionamento, o condutor poderá ser autuado por estacionar em local proibido.

Vejam os conceitos de estacionamento, parada e operação de carga e descarga previstos no Anexo I, do CTB:

Para efeito deste Código adotam-se as seguintes definições:

[...]

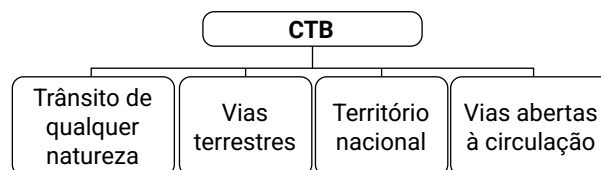
ESTACIONAMENTO - imobilização de veículos por tempo superior ao necessário para embarque ou desembarque de passageiros.

[...]

OPERAÇÃO DE CARGA E DESCARGA - imobilização do veículo, pelo tempo estritamente necessário ao carregamento ou descarregamento de animais ou carga, na forma disciplinada pelo órgão ou entidade executivo de trânsito competente com circunscrição sobre a via.

[...]

PARADA - imobilização do veículo com a finalidade e pelo tempo estritamente necessário para efetuar embarque ou desembarque de passageiros.



Desta forma, enquanto o caput, art. 1º, determina que o trânsito nas vias terrestres abertas é regido pelo CTB, o § 1º traz o conceito do que é trânsito. Vale mencionar que o Anexo I, do CTB, também apresenta um conceito de trânsito nos seguintes termos: “movimentação e imobilização de veículos, pessoas e animais nas vias terrestres”.

Art. 1º [...]

§ 2º *O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do sistema nacional de trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.*

Muito cuidado com este dispositivo. Se lhe fosse perguntado se o trânsito em condições seguras é dever de todos, o que responderia? Pois bem, o CTB afirma que o trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos de trânsito.


O § 2º traz ainda o que podemos chamar de “princípio da universalidade do direito ao trânsito seguro”, uma vez que cria um direito aplicável a todos, indistintamente, o que não significa, entretanto, que, por ser direito, não represente igualmente uma obrigação.

A segurança do trânsito depende, logicamente, de uma participação de toda a sociedade, não sendo possível esperar que apenas os órgãos e entidades de trânsito se responsabilizem pela garantia a esse direito. Salienta-se que o trânsito, em condições seguras, é um **direito** de todos e não **dever** de todos.

Art. 1º [...]


§ 3º *Os órgãos e entidades componentes do sistema nacional de trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão*

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO